

## ESTADO-MAIOR DO EXERCITO

## Termo de Referência 12/2026

## Informações Básicas

**Número do artefato** UASG 12/2026 160085-ESTADO-MAIOR DO EXERCITO **Editado por** PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA **Atualizado em** 20/05/2026 14:52 (v 0.18)




**Status**  
CONCLUIDO




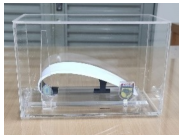
## Outras informações

**Categoria** II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo **Número da Contratação** **Processo Administrativo** 64535.013512/2026-28





## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO




1.1. Aquisição de materiais institucionais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.


Itens	Descrição	CATMAT	Un Forn	Qtd Min	Qtd Max	Valor Un	Valor Total	
1	<b>Prendedor de Gravata</b> - com símbolo do Estado-Maior do Exército. Confeccionado em liga metálica de latão com banho dourado de alto brilho, composto por uma barra horizontal de fixação por pressão (sistema clip/jacaré) medindo aproximadamente 60mm de comprimento. Apresenta, centralizado, o Distintivo do Estado-Maior do Exército medindo 15mm (altura) x 10mm (largura), esmaltado em suas cores regulamentares e acabamento em resina protetora, devendo ser entregue em estojo individual rígido, isento de imperfeições superficiais ou rebarbas, conforme as normas de uniformização vigentes.. A arte do Brasão do EME será repassada pela contratante	385346	un		100	R\$49,95	R\$4.995,00	
2	<b>Pin/Boton do Estado-Maior do Exército</b> – metal esmaltado cor dourado, polido e banhado, diâmetro 20mm conforme arte – com prendedor tipo borbole. A arte do Brasão do EME será repassada pela contratante. O contratado deverá apresentar, para aprovação do Almoxarifado do EME, um protótipo do modelo a ser entregue antes da entrega do objeto.	614348	un		100	R\$12,90	R\$1.290,00	
3	<b>Caneta-tinteiro</b> - institucional personalizada, corpo em metal com acabamento em laca preta e detalhes cromados ou dourados, com o comprimento de aproximadamente 13cm, pena em aço inoxidável, sistema de enchimento por conversor ou cartucho, ostentando o Brasão do Estado-Maior do Exército gravado a laser na tampa.. Acompanha estojo rígido forrado em veludo preto, com o brasão do Estado-Maior do Exército em relevo dourado na parte externa, e interior moldado para acomodar a caneta de forma segura e elegante. A caneta deverá ser entregue em perfeito estado, pronta para uso, e o conjunto completo será avaliado pela qualidade dos materiais, precisão da gravação e apresentação	224349	un		100	R\$145,00	R\$14.500,00	

	<p>geral. O contratado deverá apresentar, para aprovação do Almoixarifado do EME, um protótipo do modelo a ser entregue antes da entrega do objeto.</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>							
4	<p><b>Placa de homenagem</b> - Descrição: material em acrílico cristal com no mínimo 5 mm de espessura, chanfrada nas laterais, medida: 32x22cm, com placa em aço escovado sobreposta medindo 29x19cm. A placa deverá conter textos e impressão uv, com brasões coloridos em alto relevo resinados. Acondicionada em estojo revestido e forrado de veludo preto. Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>	606223	un	1	100	R\$176,66	R\$17.666,00	
5	<p><b>Sacola</b> - Descrição: material papel duplex com plastificação brilho personalizada, profundidade 11cm, largura 28cm, altura 41cm. Alças de nylon na cor preta, com ponteiros.</p> <p><b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	604829	un		1000	R\$8,80	R\$8.800,00	
6	<p><b>Caneta</b> - Descrição: material metal, com 1 (uma) carga, corpo da caneta preta com detalhes prata com a logo do (EME) escrito ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, comprimento: 13,5cm, ponta metálica com esfera de tungstênio, escrita média, cor da tinta: azul, acionamento por clique, contendo alça/haste para adaptação em bolso, acondicionada em estojo metálico, com personalização na tampa e revestido com espuma na parte interna, todos os itens personalizados.</p> <p><b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	444526	un		300	R\$35,74	R\$10.722,00	
7	<p><b>TROFÉU CURVO</b> - Descrição: miniatura da Concha Acústica do QGEx, composto por obelisco acrílico medindo 8,5 cm x 1,7cm x 0,7cm, com o símbolo do Exército colorido em alto relevo e resinado, placa com brasão do EME (2cm x 0,5cm) colorido em alto relevo e resinado, tudo montado em cima de uma base acrílica, medindo 17cm x 8cm x 1cm com 4 (quatro) suportes de silicone para sustentação, deve ter distância mínima de 10cm entre obelisco e brasão do EME, para colagem de plaqueta de metal. Acondicionado em caixa acrílica, na cor cristal, com dimensões internas 17,5cm x 8,5cm x 11cm, espessura de 3 mm, com tampa contendo</p> <p>e n c a i x e d e f i x a ç ã o n a</p>	611538	un		200	R\$365,00	R\$73.000,00	

	caixa acrílica. A dimensão interna da caixa acrílica deve ser ajustada ao tamanho da base da miniatura, proporcionando um encaixe. Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.  <b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b>							
8	<b>PENDRIVE Personalizado</b> - 32 Gb (gigabyte) dispositivo portátil de arquivamento com memória flash, acessível através do porta usb, revestido em couro sintético cor preto, com bordas costurada com linha preta, medindo 9,0 x 3,5 cm, fechado com botão de pressão, com compatibilidade em Windows 11 (ou superior), linux, mac, usb 3.0, compatibilidade dupla: compatível com a versão 3.0 e também compatível com a versão anterior 2.0, com gravação em baixo relevo e argola cromada, acondicionado em saco de veludo. <b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b>	355671	un	100	R\$40,94	R\$4.094,00		
9	<b>MOEDA CUNHADA</b> (Tipo 2) – Descrição: material em bronze ouro brilho, brilho uniforme e livre de falhas visíveis como manchas, pontos de oxidação ou descascamento, com 50mm de diâmetro, espessura de 4mm, pesando 57g, tipo disco, design 2D e 3D, cor do esmalte com utilização da escala de cores Pantone ou similar, com acabamento polido. Possuir gravação em alto/baixo relevo, frente e verso, personalizada com símbolos coloridos, conforme arte fornecido pelo contratante. A medalha deverá ser acondicionada em saco de PVC na cor cristal, formato de envelope, compatível com o tamanho da moeda. Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.  <b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b>	602859	un	2000	R\$44,00	R\$88.000,00		
10	<b>MOEDA CUNHADA</b> (Tipo 1) - Descrição: material em bronze ouro brilho, brilho uniforme e livre de falhas visíveis como manchas, pontos de oxidação ou descascamento, com 50mm de diâmetro, espessura de 4mm, pesando 57g, tipo disco, design 2D e 3D, cor do esmalte com utilização da escala de cores Pantone ou similar, com acabamento polido. Possuir gravação em alto/baixo relevo, frente e verso, personalizada com símbolos coloridos, conforme arte fornecido pelo contratante. A moeda deverá ser acondicionada em estojo revestido e forrado de veludo preto, com berço de fixação Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.  <b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b>	606224	un	350	R\$59,90	R\$20.965,00		
	<b>Planner</b> – medindo 21 cm x 15 cm, composto por capa personalizada, bloco de anotação e post-it de tamanhos e cores variados. Especificações conforme se segue:							





11	<p>- capa confeccionada em couro sintético na cor preta, com gravação em baixo relevo do símbolo e nome da Organização Militar ao centro;</p> <p>- bloco de anotação medindo 18 cm x 12 cm, capa personalizada em papel ap 180g, impressão de brasão colorida, faixa azul na parte superior 1cm, com 50 folhas (75 g/m²) brancas sem pauta, com serrilhado na parte superior e preso por presilha de metal; e</p> <p>- post-it com blocos de 100 Fl, de 3 (três) tamanhos diferentes, coloridos e afixados de forma harmônica e simétrica na parte interna da capa.</p> <p>A Arte da figura é meramente ilustrativa. A arte definitiva será repassada pelo Estado-Maior do Exército ao licitante quando da emissão de nota de empenho).</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>	466915	un		210	R\$54,00	R\$11.340,00	
12	<p><b>PANÓPLIA EME</b> (Tipo 2) – descrição: material com base em madeira maciça tipo nobre (mogno africano, cerejeira, cumaru ou outros) envernizada, formato de escudo, com bordas chanfradas, dimensões C 23 cm x L 18 cm x A 1,5 cm, com sobreposição de brasão personalizado, em latão, com 5 mm de espessura, baixo-relevo, mesmo formato da base, tamanho 12 cm x 9 cm, personalizado conforme modelo fornecido pelo contratante. A designação do órgão deve ser pirografado na madeira conforme arte fornecido pelo contratante. Acondicionada em estojo de veludo preto, com dimensões externas de 28 cm x 22 cm x 5,5 cm, com berço recortado no mesmo formato da panóplia, revestido em veludo na cor preta e acolchoado internamente. O estojo deverá conter limitador de abertura (por meio de fita) que mantenha a tampa na posição aberta , permitindo que o item permaneça exposto de forma estável e segura, funcionando como vitrine expositora. O sistema de limitação deve apresentar acabamento discreto e resistente, compatível com o padrão estético do estojo, deve possuir fecho de encaixe prateado. A peça de madeira deverá conter, em local visível e discreto, inscrição ou carimbo indicando a origem certificada da madeira, contendo no mínimo as seguintes informações: nome ou logomarca do fornecedor, número do DOF ou certificação equivalente e Expressão “Madeira de origem legal – conforme DOF/IBAMA. Arte e inscrição fornecidas pelo órgão</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>	602754	un		100	R\$383,96	R\$38.396,00	
13	<p><b>PLACA</b> (1) - Descrição: material em aço escovado medindo 14,5 cm x 10cm x 0,1cm, com gravação em processo químico com brasões coloridos em alto relevo resinado, gravação de homenagem em preto, com moldura ao texto. A placa de aço deverá ser sobreposta em placa de acrílico preta de dimensões 15,5cm x 11cm x 1cm. O material deve ser acondicionado em estojo de madeira revestido e forrado de veludo preto, dimensões 19cm x 14cm x 3cm, com perfeito encaixe da mesma, feixe de pressão na cor prata. <b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	606225	un	1	200	R\$78,00	R\$15.600,00	
14	<p><b>PLACA DE METAL</b> – Descrição: material placa em metal, comprimento 8,5cm, largura 2,5cm, altura 2mm, cor dourada, com fita dupla face, com borda trabalhada (chanfrada), com gravação a laser na cor preta, personalizada. <b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	606226	un	1	700	R\$34,89	R\$24.423,00	
	<p><b>PASTA EVENTOS</b> (CPCOM) - Descrição: material em couro sintético na cor preta. Medições: 24,5cm x 17,5</p>							

15	<p>cm, zipper contornando toda lateral, com gravação em baixo relevo do símbolo e nome da Organização Militar ao centro. Possuir porta caneta e caneta em metal personalizada, bem como bloco de anotações medindo 21cm x 14,8cm (A5), fixado em alça, com 50 folhas com serrilhado na parte superior, capa personalizada em papel ap 180g, impressão de brasão colorida, faixa azul na parte superior 1cm. Personalizadas (Logo da OM). Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</p>	395542	un		500	R\$59,00	R\$29.500,00	
16	<p><b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SALA</b> (dupla face) - Descrição: composto por bordas, face 1, face 2 e face 3, com as seguintes descrições: material em alumínio extrudado e anodizado prata fosca, peça com dupla face, com sistema de travamento antifurto/vandalismo, com texto em vinil adesivo, fixação por meio de parafusos, fixados na estrutura da porta, com brasão do órgão colorido em alto-relevo em vinil adesivo (conforme padrão utilizado no EME e foto no anexo). Bordas medindo 1,5 cm.</p> <p>Face 1 medindo 10 cm x 10 cm, contendo o brasão do órgão, com altura 5 cm, comprimento 5,5 cm e detalhe em acrílico na cor azul.</p> <p>Face 2 medindo 2,5 cm x 30 cm, contendo a identificação da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor azul.</p> <p>Face 3 medindo 7,5 cm x 30 cm, contendo a identificação funcional da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor preta.</p> <p>contendo a identificação funcional da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor preta.</p> <p>Medida total: 43 cm x 10 cm x 1 cm.</p> <p><b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	605817	un	1	20	R\$399,50	R\$7.990,00	
17	<p><b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE SALA</b> (fixação contraposta) – Descrição: composto por bordas, face 1, face 2 e face 3, com as seguintes descrições: material em alumínio extrudado e anodizado prata fosca, com sistema de travamento antifurto/vandalismo, com texto em vinil adesivo, fixação contraposta da base de fixação na porta da sala/seção com fita dupla face semelhante a VHB 3M (ou superior), com brasão do órgão colorido em alto-relevo em vinil adesivo (conforme padrão utilizado no EME e foto no anexo). Bordas medindo 1,5 cm.</p> <p>Face 1 medindo 10 cm x 10 cm, contendo o brasão do órgão, com altura 5 cm, comprimento 5,5 cm e detalhe em acrílico na cor azul.</p> <p>Face 2 medindo 2,5 cm x 30 cm, contendo a identificação da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor azul.</p> <p>Face 3 medindo 7,5 cm x 30 cm, contendo a identificação funcional da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor preta.</p> <p>contendo a identificação funcional da sala/seção com inscrição em vinil adesivado e na cor preta.</p> <p>Medida total: 43 cm x 10 cm x 1 cm.</p>	605817	un	1	20	R\$399,50	R\$7.990,00	



	<b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b>							
18	<p><b>PLACA EM ACRÍLICO</b> – Descrição: material acrílico, cor incolor, acabamento superficial liso, transmitância transparente, comprimento 10 cm, largura 2 cm, espessura 3 mm, aplicação identificação, formato base retangular, com fixação por fita dupla-face semelhante a VHB 3M (ou superior), inscrição em letra preta, fundo branco, com texto personalizado conforme modelo do órgão.</p>	625340	un	1	120	R\$28,50	R\$3.420,00	
19	<p><b>Distintivo de Organização Militar (DOM)</b> - confeccionado em metal de alta resistência, com acabamento polido e detalhes em cores específicas.</p> <p><b>Especificações técnicas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– dimensões totais do distintivo: 33 mm (largura) x 46 mm (altura);</li> <li>- a fonte utilizada no Indicativo Militar da Organização Militar (OM) é a GeoSlab703 XBd BT.</li> <li>- o Indicativo Militar no DOM Metálico será em branco, filetado de ouro;</li> <li>- as cores estão padronizadas de acordo com o Código de Cores Universal CMYK;</li> <li>- formato e design conforme símbolo representativo da Organização Militar (OM), com elemento principal sobreposto a uma base dourada metálica;</li> <li>– interior do distintivo esmaltado em cores, conforme arte oficial aprovada previamente pela contratante;</li> <li>– detalhamento com contornos e preenchimentos em esmaltagem resistente, sem falhas ou sobreposição de cores, com acabamento uniforme e durável.</li> </ul> <p><b>Fixação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– parte posterior do distintivo com duas hastes metálicas finas, posicionadas na vertical e paralelas entre si, com distância de 2 cm entre elas;</li> <li>– Acompanha 02 (duas) presilhas plásticas resistentes, tipo borboleta, para fixação em tecido ou farda, garantindo firmeza e segurança no uso.</li> </ul> <p><b>Acondicionamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Cada peça deverá ser embalada individualmente em saco plástico transparente, de dimensões proporcionais ao tamanho do item, com apresentação adequada para entrega institucional;</li> <li>– O saco deve ter acabamento limpo, sem dobras excessivas, com vedação ou fechamento seguro.</li> </ul> <p>O produto deverá apresentar alta qualidade de acabamento, fidelidade ao símbolo da OM, cores precisas e ausência de rebarbas ou falhas de pintura. O fornecedor deverá garantir a integridade e o padrão estético exigido para uso oficial</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>	484095	un		150	R\$45,00	R\$6.750,00	
	<p><b>PLACA DE HOMENAGEM EM MADEIRA COM BRASÃO EM ALTO-RELEVO DO EME</b></p> <p>Descrição Geral</p>							



20	<p>Placa de homenagem confeccionada em madeira com acabamento tipo verniz, apresentando brasão metálico em alto-relevo e plaqueta inferior gravada com texto definido pela Instituição. O item possui opção de fixação em parede e segue rigorosamente as artes e informações fornecidas pela Contratante.</p> <p>Especificações Técnicas</p> <p>Material da base: Madeira MDF de alta densidade ou equivalente (madeira maciça ou MDF), garantindo resistência e acabamento superior.</p> <p>Formato e Espessura: Retangular vertical (tipo quadro institucional) com espessura mínima de 15 mm.</p> <p>Acabamento e Cor: Superfície lisa com verniz/laca, sem imperfeições. A cor predominante é marrom (tonalidade castanho), com área frontal central contrastante em preto ou similar.</p> <p>Dimensões: Altura de 26,5 cm, largura de 22 cm e espessura de 1,75 cm.</p> <p>Sistema de Fixação: Dispositivo traseiro embutido (tipo fechadura) para pendurar em parafuso ou prego.</p> <p>Elementos Metálicos</p> <p>Brasão / Emblema Central: Produzido em liga metálica (alumínio) com processo de alto ou baixo-relevo e aplicação de cores em esmalte ou resina. Deve ser fixado com firmeza e ocupar entre 40% e 70% da altura útil frontal.</p> <p>Placa Superior (Título): Placa metálica com dizeres em destaque, acabamento dourado e gravação definida pela Contratante.</p> <p>Plaqueta Inferior de Identificação: Em metal (alumínio anodizado ou latão), com gravação a laser, baixo-relevo ou corrosão química. O texto institucional deve apresentar legibilidade obrigatória, fonte nítida e alinhamento uniforme.</p> <p>Caixa de Apresentação</p> <p>Confeccionada em estrutura rígida e revestida externamente em material sintético aveludado na cor vermelha. Possui abertura tipo livro com tampa articulada por dobradiças reforçadas e fecho frontal metálico discreto.</p> <p>O interior é totalmente forrado com veludo de alta qualidade. A parte interna da tampa possui revestimento acolchoado em tecido claro (branco/perolado), enquanto a base interna é forrada em veludo vermelho com rebaixo central específico para o encaixe da placa, garantindo proteção e elegância.</p> <p>Dimensões da Caixa</p> <p>Externas: Aproximadamente 33,0 cm (altura) x 27,7 cm (largura) x 4,4 cm (espessura fechada).</p> <p>Internas (Área Útil): Aproximadamente 27,5 cm (altura) x 23,2 cm (largura), com profundidade de rebaixo de 1,0 cm.</p> <p><b>A empresa vencedora deverá apresentar protótipo (amostra) para aprovação da Administração antes da produção em série, a qual somente será iniciada após a aprovação formal da amostra.</b></p>	602754	un	1	20	R\$320,00	R\$6.400,00	 
21	<p><b>Sacola reutilizável</b> - Descrição: em juta resistente, cor natural, dimensões de 35cm x 16,5cm x 10cm, com duas alças reforçadas no mesmo material e capacidade de carga mínima de 10kg.-Personalização: gravação do Brasão do Exército e das frases "EXÉRCITO BRASILEIRO" e "BRAÇO FORTE - MÃO AMIGA"</p>	446912	un	1	100	R\$16,90	R\$1.690,00	

22	<b>Sacola em veludo</b> - Descrição: em veludo verde-oliva (40cm x 18cm), com cordão acetinado amarelo-ouro.-Personalização: gravação em dourado do Brasão do Exército e das frases "EXÉRCITOBRASILEIRO" e "BRAÇO FORTE - MÃO AMIGA".	613299	un		100	R\$39,00	R\$3.900,00	
23	<b>prisma de acrílico</b> - material em acrílico, largura 15cm, altura 5cm, base 3cm.	630913	un		200	R\$27,30	R\$5.460,00	
24	<b>Terno</b> - frente fecháveis por 02 (dois) botões, características adicionais: manga com 4 botões em cada lado, ombreira mista (algodão e poliéster) e cabeça de manga, parte interna: todo forrado, quantidade bolsos: 6, tamanho: sob medida, tipo: blazer e calça, tipo tecido: 81% poliéster, 13% viscose, 6% elastano. Calça com fechamento por zíper e botão interno, bolsos laterais faca e bolsos traseiros embutidos com botão.	602211	un		70	R\$748,50	R\$ 52.395,00	
25	<b>MÁQUINA DE GRAVAÇÃO A LASER E CORTE A LASER CNC</b> - com área de trabalho de 100x100 mm, resolução de 0,025 mm e velocidade de gravação de até 1.000 mm/s. Equipamento para gravação em metais (incluindo aço, alumínio, latão), plásticos e outros materiais, com sistema de focalização automática e software integrado para design e controle. Inclui exaustor integrado, interface USB, painel de controle touchscreen e compatibilidade com diversos softwares CAD/CAM. Alimentação elétrica 110-220V, potência do laser de 20W, peso líquido de 35 kg. Ideal para aplicações industriais, placas identificadoras e personalização de produtos. Marca/Modelo de referência: Gravotech modelo M20X.	624410	un	1	1	R\$ 54.500,00	R\$ 54.500,00	
26	<b>Placa de Homenagem em Aço Inoxidável</b> - Placa comemorativa em aço inoxidável com acabamento escovado, espessura mínima de 0,8 mm e dimensões de 12 cm x 16 cm. Gravação em baixo-relevo por processo químico corrosivo, contendo o símbolo da Organização Militar (OM) em policromia e texto de homenagem na cor preta. O conjunto deverá ser acondicionado em estojo modelo luxo, com revestimento interno e externo aveludado, possuindo sistema autoexpositor.	449376	un	1	50	R\$103,87	R\$5.193,50	
27	<b>Capachos / Tapetes</b> Superfície e base em vinil (PVC), tipo antiderrapante /antichama, personalizado conforme arte fornecida pela UG. Dimensões: 90 cm (largura) × 160 cm (comprimento), espessura entre 10 mm e 15 mm. Base antiderrapante; superfície texturizada com fibras entrelaçadas para remoção de sujeira. Alta resistência ao desgaste e intempéries, fácil limpeza com água e detergente neutro. Cores: conforme necessidade da UG. CONTENDO DIVERGÊNCIA ENTRE AS DESCRIÇÕES E OBSERVAÇÕES DO ITEM PREVALECE O TERMO DE REFERÊNCIA.	338999	un		15	R\$343,35	R\$5.150,25	
28	<b>Tapete Capacho de Vinil</b> – Superfície e base em vinil (PVC), tipo antiderrapante/antichama, personalizado conforme arte fornecida pela UG. Dimensões: 70 cm (largura) × 100 cm (comprimento), espessura entre 10 mm e 15 mm. Base antiderrapante; superfície texturizada com fibras entrelaçadas para remoção de sujeira. Alta resistência ao desgaste e intempéries, fácil limpeza com água e detergente neutro. Cores: conforme necessidade da UG. CONTENDO DIVERGÊNCIA ENTRE AS DESCRIÇÕES E OBSERVAÇÕES DO ITEM PREVALECE O TERMO DE REFERÊNCIA.	600917	un		65	R\$167,40	R\$10.881,00	



29	<p><b>Caneca</b> - Caneca Cerâmica Capacidade: 300 ML, Altura: 9,50 CM, Diâmetro: 8 CM, Tipo Uso: Alimentos Líquidos , Características Adicionais: Personalizado</p> <p><b>Arte e inscrição fornecidas pelo órgão.</b></p>	439729	un	20	R\$15,95	R\$319,00	 
----	--	--------	----	----	----------	-----------	--





1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. As Atas de Registro de Preços resultantes desta contratação terão validade de 1 (um) ano, podendo ser prorrogadas por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e que a prorrogação seja formalizada mediante termo aditivo firmado dentro do prazo de vigência da ata termos do § 4º, do art. 84, da Lei nº 14.133/2021. Os quantitativos poderão ser renovados até o limite originalmente registrado, e os valores dos itens poderão ser reajustados conforme previsto na legislação vigente.

1.5. Com fundamento nos incisos I, II e V do Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a presente aquisição será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, visto que não é possível definir previamente o quantitativo a ser contratado pela Administração.

1.6. Neste sentido, a aquisição por SRP se justifica levando-se em consideração as características dos bens a serem contratados, visando a utilização intermitente dos produtos durante todo ano, em que não é possível prever de forma precisa as demandas, será realizada a Ata de Registro de Preços, desobrigando, assim, a Administração de contratar toda a quantidade licitada.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000318/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Classe/Grupo: Consumo e permanente

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. A presente contratação deve observar os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Catálogo de Materiais Sustentáveis – CATMAT Sustentável, mantido pelo Ministério da Economia, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição, outubro de 2024, especialmente no que tange à aquisição de materiais de consumo. A adoção de práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos - desde a seleção de insumos, passando pela produção, transporte e uso, até sua destinação final, é essencial para minimizar impactos ambientais adversos e garantir o atendimento às normas vigentes.

4.1.1. Os produtos não deverão conter substâncias perigosas em concentração superior à permitida pela Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cádmio (Cd), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilas polibromadas (PBBs) e éteres difenílicos polibromados (PBDEs).

4.1.2. Os materiais usualmente empregados na confecção dos itens de consumo, tais como metais, papéis e plásticos, possuem natureza reciclável e/ou biodegradável, atendendo, portanto, aos princípios da sustentabilidade. Conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2. Ainda assim, a adequada gestão do descarte ao final da vida útil dos produtos é imprescindível, devendo ser incentivado o encaminhamento dos resíduos a sistemas de reciclagem ou logística reversa, preferencialmente por meio de coletas seletivas ou outras iniciativas de inclusão socioambiental.

4.1.3. Os materiais exigidos neste certame deverão ser confeccionados, total ou parcialmente, com insumos reciclados, recicláveis e/ou biodegradáveis, cujas propriedades permitem um retorno mais seguro e rápido ao ciclo natural ou produtivo. Tais materiais, ao atingirem o fim de sua vida útil, não oferecem risco relevante ao meio ambiente e não demandam processos complexos ou especializados de descarte. Dessa forma, o descarte do material ocorrerá por meio das rotinas comuns de separação e coleta seletiva, sem a necessidade de logística reversa ou transporte para unidades especializadas de resíduos perigosos.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será necessário a indicação de marcas, haja vista se tratarem de materiais de uso comum, bastando os itens estarem de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

#### Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. não se aplica

#### Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, para os itens 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 19 e 20, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1. Caneta-tinteiro (Item 3);

4.5.2. Placa de homenagem (Item 4);

4.5.3. Troféu curvo (Item 7);

- 4.5.5. Moeda cunhada - Tipo 2 (Item 9);
- 4.5.6. Moeda cunhada - Tipo 2 (Item 10);
- 4.5.7. Planner (Item 11);
- 4.5.8. Panóplia EME - tipo 2 (Item 12);
- 4.5.9. Distintivo de organização militar (DOM) padrão (Item 19);
- 4.5.10. Placa de homenagem em madeira com brasão em alto-relevo do EME (Item 20).

4.6. As amostras poderão ser entregues na cidade de Brasília-DF, SMU, no Almoxarifado do Estado-Maior do Exército, em dias com expediente, nos horários de 09h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min, de segunda a quinta-feira, e, às sextas-feiras das 08h00min às 11h00min, no prazo limite de **5 (cinco) dias úteis**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação, por **5 (cinco) dias úteis**, do prazo estabelecido para apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.9.1. **Qualidade de Impressão:** os impressos devem ter alta resolução e acabamento de qualidade, com cores vibrantes e durabilidade;

4.9.2. **Materiais Conformes:** todos os produtos devem ser fabricados a partir de materiais que atendam às normas da ABNT e outras regulamentações pertinentes;

4.9.3. **Inspecção Metrológica:** dimensões e Formatos com as especificações de tamanho e formato respeitadas conforme listado no Termo de Referência, garantindo compatibilidade com os usos pretendidos;

4.9.4. **Personalização:** Os itens personalizados devem ser confeccionados de acordo com as artes e informações fornecidas pelo Estado-Maior do Exército (EME), garantindo a correta representação da identidade visual da instituição;

4.9.5. **Análise de acabamento:**

4.9.5.1. Apresentar aparência homogênea;

4.9.5.2. Superfícies lisas e sem riscos, quando for o caso; e

4.9.5.3. Não apresentar bolhas ou defeitos grosseiros.

4.9.6. **Inspecção de Cores:** conforme cor oficial.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a entrega da amostra, análise, aceite do item licitado e posterior assinatura do contrato pelas partes, as amostras utilizadas na avaliação deverão ser recolhidas pelo fornecedor contratado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.15. As amostras deverão estar em total consonância com as características técnicas exigidas. Para essa atividade, militares do St requisitante e St Eventos/Fic Adm (item 3) farão a análise e aprovação. Esse procedimento ocorrerá nas instalações do Estado-Maior do Exército.

4.16. Os custos e responsabilidades pelo envio e por eventual atraso das amostras serão de responsabilidade da contratada.



4.17. As amostras deverão ser identificadas, no mínimo, com os seguintes dados: nome da empresa, endereço, telefone, número do item e número do Pregão Eletrônico.

**Subcontratação**

4.19. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.21. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.21.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.21.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.21.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

**Margem de Preferência:**

4.22. Após análise do objeto da contratação, referente à aquisição de materiais de divulgação institucional e materiais permanente, verifica-se que os referidos itens não estão contemplados com margem de preferência normal ou adicional nas resoluções atualmente vigentes da **Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS**, nos termos do **Decreto nº 11.890/2024**. Assim, não se aplica, para esta contratação, a reserva de margens de preferência previstas nas políticas públicas de compras sustentáveis.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação para a entrega, com entregas parceladas, conforme a necessidade EME.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco)** dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado do Estado-Maior do Exército - Quartel General do Exército (QGEx), Setor Militar Urbano (SMU), Brasília-DF, Cep 70630-901 - Setor de Garagens. A entrega deverá ocorrer em dias e horários de expedientes, a saber, segunda a quinta das 9:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 hs e às sexta 8:00 às 11:00 hs. Caso haja necessidade de entregar os materiais em dias e horários diferentes destes, deverá ser acordado com o Almoxarifado do Estado-Maior do Exército.

5.4. Os itens entregues deverão estar em consonância com o Termo de Referência e com as amostras apresentadas previamente, para os itens que forem solicitados.

5.5. Para ateste do recebimento será realizada Inspeção Visual seguindo os seguintes critérios:

5.5.1. Sujo ou qualquer outro material estranho;

5.5.2. Tecido apresentando defeitos (cortes e/ou propriedades);

5.5.3. Costuras fora do especificado, apresentando pontas, dobras, franzidos e/ou torções (se houver) e

5.5.4. Quebrado ou danificado.

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. O contratado deverá garantir a realização de manutenções e assistência técnica dos bens fornecidos durante o período de garantia. Estas atividades devem ser realizadas de acordo com as especificações técnicas. A contratada ao ser acionada para prestar o serviço de garantia, terá o prazo de até 20 (vinte) dias para apresentar a solução total do problema.

5.8. Preferencialmente, as manutenções e a assistência técnica devem ser realizadas na cidade de Brasília-DF, na sede das instalações do Estado-Maior do Exército, para assegurar maior celeridade e eficiência na solução de eventuais problemas e no atendimento das necessidades da administração pública. A escolha de prestadores de serviços fora de Brasília-DF, deverá ser justificada e aprovada pela Administração

5.9. A realização de manutenções e assistência técnica fora do prazo ou de forma inadequada poderá resultar em penalidades conforme estipulado no contrato e na legislação aplicável.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### Gestor do Contrato

#### 6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

#### 7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22 de dezembro de 2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA /IBGE,, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será feito em parcelas, incluindo detalhes sobre a programação.

### Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.4. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual** - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. **sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. **sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$538.201,13 (quinhentos e trinta e oito mil duzentos e um reais e treze centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

Brasília-DF, 20 de Maio de 2026.

VALMIR JOSÉ LENZ

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Agente Requisitante

JOSÉ DO NASCIMENTO GILÓ JUNIOR

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Agente Administrativo

PEDRO HENRIQUE GUIMARÃES DA SILVA

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Administrativo

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data de sua convocação, para aceitar, o instrumento equivalente ao termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
  - 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** VALMIR JOSE LENZ  
Data: 21/05/2026 09:25:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**VALMIR JOSE LENZ**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JOSE DO NASCIMENTO GILO JUNIOR  
Data: 20/05/2026 16:35:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JOSE DO NASCIMENTO GILO JUNIOR**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Técnico





Documento assinado digitalmente

**PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA**

Data: 20/05/2026 15:18:49-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Administrativo

## ESTADO-MAIOR DO EXERCITO

**Estudo Técnico Preliminar 14/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 64535.013512/2026-28

**2. Descrição da necessidade**

2.1. Em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo justificar a necessidade de aquisição de materiais institucionais personalizados (brindes, moedas, placas comemorativas, itens de representação institucional e equipamentos de personalização), destinados ao apoio a eventos oficiais, cerimônias, atividades de relações institucionais e identificação organizacional do Estado-Maior do Exército (EME). A contratação visa assegurar o suprimento regular de itens indispensáveis à rotina institucional, garantindo a manutenção da produtividade, da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

2.2. Este Órgão de Direção Geral (ODG) realiza rotineiramente atividades administrativas, operacionais e logísticas que demandam o uso contínuo dos referidos materiais, tais como itens de escritório, divulgação institucional, entre outros. A aquisição desses materiais é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades internas, assegurando a continuidade dos serviços prestados e a adequada execução das atribuições institucionais do EME.

2.3. Os materiais requisitados não são fornecidos pela cadeia de suprimento do Exército ou não estão disponíveis em quantidade suficiente para atender à demanda atual do EME. Considerando a natureza contínua e essencial do uso desses materiais, torna-se necessária sua aquisição no mercado, de forma planejada e regular, para evitar prejuízos ao desempenho das atividades administrativas e operacionais do Órgão.

2.4. Dessa forma, os itens se enquadram como bens de natureza comum, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, pois possuem padrões usuais de desempenho e qualidade, sendo passíveis de contratação por meio da modalidade pregão. A adoção dessa modalidade visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com base em critérios objetivos, respeitando os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado do Estado-Maior do Exército	VALMIR JOSÉ LENZ

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Os materiais referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia, validade, quando aplicável, e recomendações quanto ao armazenamento, se houver.

A contratada deverá entregar os materiais no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação para a empresa. As entregas poderão ocorrer em remessas parceladas, conforme demanda do contratante, no Almoxarifado do Estado-Maior do Exército, em dias com expediente, nos horários de 09h00min às 11h00min e de 13h00min às 16h00min, de segunda a quinta-feira, e, às sextas-feiras das 08h00min às 11h00min.

A comunicação entre as partes será realizada primordialmente por meio telefônico e correio eletrônico (e-mail), a saber, Almoxarifado EME (61) 3415-6100 - (61) 3415-6067, almox.eme@gmail.com e almox.eme.permanente@gmail.com.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A contratada deverá fornecer materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos pelo Almoxarifado do EME, sendo esta garantia de total responsabilidade da contratada, inclusive os custos com transporte.

Em se tratando de material importado, a contratada deverá comprovar no momento da entrega, a origem e a quitação dos tributos de importação, sob pena de rescisão contratual e multa.

O material deverá ser acondicionado em embalagem original do fabricante, contendo os selos de segurança (selo holográfico), quando for o caso, data de fabricação, validade do produto, o número do lote, e por fim, possuir o número de registro sequencial impresso pelo fabricante, tais como número de série, número do código de barras legível e etc.

O número de registro deverá ser fixado pelo fabricante, na embalagem, nos selos e ou conforme determinação pelo próprio fabricante do produto, não sendo admitidas etiquetas coladas.

Após a entrega do material será realizada análise visual e documental, onde serão verificados os seguintes quesitos:

- a. Selos de garantia e originalidade do produto, e se foram violadas e adulteradas;
- b. Verificação da caixa/embalagem, e se foram violadas e adulteradas;
- c. Verificação se os materiais apresentam sinais de adulteração, remanufaturamento e/ou recondicionamento, reciclagem e/ou falsificação;
- d. Originalidade da embalagem (caixa);
- e. Originalidade do objeto.

Será reprovado o lote do material, caso ocorra:

- a. Componentes metálicos oxidados;
- b. Carcaças/objetos ou outros componentes pintados ou jateados;
- c. Rachaduras nas partes plásticas;
- d. Arranhões;
- e. Ranhuras e/ou sinais de lixamento de marcas/características/detalhes que evidenciem o reaproveitamento de quaisquer peças ou componentes;
- f. Marca de etiqueta anterior em local coincidente com o original;
- g. Selo e ou etiquetas rasgadas;
- h. Sinais de derretimento;
- i. Sinais de raspagem nas laterais;
- j. Sinais de vazamento;
- k. Existência de sinais de retoque da pintura externa;
- l. Existência de furo, trincado ou rachadura nos materiais
- m. Sinais de perfuração no cilindro protegido por etiqueta adesiva;
- n. Produtos fora da caixa e ou caixas danificadas.

Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir o material no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da notificação.

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelo Almoxarifado do EME, relacionados com as características dos materiais fornecidos.

Caso seja necessária averiguação das especificações técnicas dos materiais, a contratada deverá apresentar catálogos, manuais, folders ou prospectos do objeto no prazo estipulado pela Contratante.

A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

A contratada deverá adotar critérios de sustentabilidade e boas práticas de fabricação.

Seguir as especificações técnicas do material constante no respectivo edital e anexos, sendo orientado pela especificação contida no termo de referência. Caso haja divergências entre as especificações do Termo de Referência (TR), anexo do edital, e do CATMAT, a prioridade será o especificado no TR, anexo do edital.

As imagens do edital são meramente ilustrativas, devendo ser usadas as especificações técnicas e utilizar as figuras para orientação do entendimento da própria especificação.

A obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, no processo licitatório.

Para os itens personalizados, após a emissão da Nota de Empenho, será enviada para a Contratada a arte do objeto pelo Almoxarifado do EME, via correio eletrônico, no endereço cadastrado no SICAF e o disponibilizado na proposta comercial.

A empresa contratada deverá possuir ramo de atividade compatível com o objeto da aquisição, e que esteja com o credenciamento ativo e regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

Considerando que o objeto desta contratação trata da aquisição de bens diverso, de características comuns, padronizados, de baixa complexidade técnica e sem risco relevante à continuidade do serviço público, **não se fará exigência de qualificação técnica nem econômico-financeira dos licitantes.**

A não exigência dessas qualificações visa garantir a **proporcionalidade dos critérios de habilitação**, conforme previsto no art. 70, III da Lei nº 14.133/2021, além de ampliar a **competitividade e viabilizar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, alinhando-se aos princípios da eficiência e da ampla concorrência.

A decisão de não exigir a qualificação técnica nem econômico-financeira dos licitantes, foi tomada com base na análise do risco contratual, no valor estimado da contratação e na natureza rotineira do objeto, que não demanda capacidade técnica operacional específica.

## Garantia da contratação

### Introdução

No contexto da aquisição de materiais diversos por meio de pregão eletrônico, conforme disciplinado pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e pela Instrução Normativa nº 58/2020, é relevante avaliar a pertinência da exigência de garantia de execução contratual. Após análise técnica e jurídica, fundamenta-se a dispensa desta obrigação pelos seguintes motivos:

#### 1. Impacto no Custo da Contratação

A exigência de garantia pode acarretar aumento dos custos indiretos ao contratante, uma vez que os fornecedores geralmente repassam os custos de mobilização da garantia ao preço ofertado. Tal prática contraria o princípio da economicidade, que orienta a administração pública na busca de contratações mais vantajosas.

#### 2. Mitigação de Riscos por Outras Medidas Administrativas

Os riscos inerentes à contratação serão mitigados por meio da aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, do acompanhamento e fiscalização contratual e do rigor na análise da regularidade fiscal, jurídica e técnica dos licitantes durante o certame.

#### 3. Adoção de Práticas Compatíveis com o Mercado

A não exigência de garantia reflete práticas usuais do mercado de fornecimento de bens, promovendo maior competitividade e a ampliação da participação de micro e pequenas empresas, conforme os objetivos previstos no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

#### 4. Proporcionalidade e Necessidade

Nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual deve ser proporcional aos riscos assumidos pela Administração. No caso em questão, considerando que os materiais de consumo têm características de fornecimento imediato ou de curto prazo, não há justificativa técnica ou jurídica que demande a imposição dessa obrigação.

#### 5. Conclusão

Dessa forma, conclui-se que a não exigência de garantia da contratação é uma medida que promove a economicidade, a eficiência e a ampliação da competitividade, em conformidade com os princípios e normas que regem as contratações públicas.

## 5. Levantamento de Mercado

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução deve utilizar a contratação de empresa, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não foram observadas maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel do fornecedor. As variações encontradas referem-se, em geral, à modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar configura-se, no atual cenário, como um item de aquisição frequente por órgãos públicos, em todas as esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Após a análise das alternativas possíveis de solução, verificou-se que a pretendida aquisição do EME deverá ser realizada por meio de **pregão eletrônico**. A adoção da modalidade do pregão eletrônico permitirá incitar a competição entre fornecedores, atribuir celeridade e legalidade ao processo aquisitivo, além de permitir maior transparência e controle social.

A estratégia de adquirir itens sob demanda, nas quantidades necessárias e em parcelas, tem por objetivo evitar sua estocagem, a qual poderia se mostrar onerosa e antieconômica para a Administração, permitindo a ocupação de espaço para além do necessário, a depreciação do material parado e a redução ou perda da garantia de troca.

No estudo de viabilidade da solução pretendida, verificou-se que a demanda pode ser atendida pelas opções de fornecedores usualmente disponíveis no mercado, evitando impactos no custo das contratações, limitações à competição ou riscos de ausência de empresas interessadas, o que poderia resultar em retrabalho e necessidade de novo processo de compra.

## **Justificativa para Consideração das Condições de Aquisição e Pagamento Semelhantes às do Setor Privado**

### **Fundamentação Legal:**

O artigo 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o planejamento das contratações deve observar condições que garantam a economicidade e a eficiência das aquisições públicas, devendo considerar práticas comuns do setor privado. A aplicação deste dispositivo é crucial para assegurar que a Administração Pública obtenha melhores condições de contratação e maximize o valor dos recursos públicos.

### **Justificativa – Adequação ao Mercado Privado:**

A Administração Pública, ao planejar suas compras e contratações, deve buscar condições que estejam em consonância com as práticas do setor privado. Isso garante que os procedimentos e condições de aquisição e pagamento sejam competitivos e atraentes para os fornecedores, assegurando que a Administração obtenha as melhores condições comerciais e contratuais possíveis.

1. **Melhoria da Competitividade:** ao adotar condições semelhantes às do setor privado, a Administração cria um ambiente mais competitivo para os fornecedores. Quando as condições de pagamento e aquisição são semelhantes às praticadas pelo mercado privado, facilita-se a participação de um maior número de fornecedores, contribuindo para a competição e, consequentemente, para a obtenção de propostas mais vantajosas e com melhor relação custo-benefício.
2. **Eficiência na Gestão de Recursos:** a adoção de práticas e condições similares às do setor privado reflete a busca por maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Ao alinhar suas práticas com as do mercado, a Administração assegura que o processo de compra seja mais eficiente, reduzindo custos e evitando desperdícios. Isso também contribui para a redução de burocracia e para a otimização dos processos administrativos.
3. **Transparência e Credibilidade:** A utilização de condições de aquisição e pagamento alinhadas com as do setor privado promove maior transparência e credibilidade no processo de contratação. Isso se traduz em uma maior confiança por parte dos fornecedores, que percebem a Administração como uma entidade que opera com práticas justas e de mercado, o que pode resultar em maior disposição para negociar e cumprir com as condições contratuais estabelecidas.
4. **Redução de Custos e Prazos:** A consideração das práticas do setor privado nas condições de aquisição e pagamento pode levar à redução de custos e prazos. Por exemplo, a adoção de métodos de pagamento ágeis e condições de aquisição competitivas pode acelerar o processo de contratação e reduzir os custos administrativos associados à execução dos contratos.

## **Conclusão**

Portanto, este ODG, ao seguir as orientações da Administração Pública e incorporar condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado no planejamento de suas contratações, está não apenas cumprindo o disposto no artigo 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, mas também promovendo uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos públicos. Isso contribui para a melhoria dos processos de contratação, para a competitividade do mercado e para a obtenção de melhores resultados em termos de custo e qualidade.

## 6. Descrição da solução como um todo

Trata-se da aquisição de material comum, mediante licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, utilizando o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com o objetivo de atender às necessidades do Estado-Maior do Exército, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no **Termo de Referência**.

O prazo de entrega dos bens será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da notificação para a entrega, podendo as entregas serem parceladas conforme a necessidade do **EME**, de acordo com os incisos I, II e V, do art. 3º, do **Decreto nº 11.462, de 2023**.

O prazo de garantia será aquele estabelecido na **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990** (Código de Defesa do Consumidor). A garantia deverá ser apresentada conforme o prazo estipulado no **edital**, e o não cumprimento desta exigência poderá acarretar sanções previstas em **lei** e no **contrato**.

O contratado deverá garantir a realização de manutenções e assistência técnica dos bens fornecidos durante o período de vigência da garantia. Essas atividades deverão ser realizadas conforme as especificações técnicas estabelecidas.

Caso o contratado seja acionado para prestar o serviço de garantia, o prazo para apresentar a solução completa do problema será de **até 20 (vinte) dias**.

Preferencialmente, as manutenções e a assistência técnica deverão ser realizadas em **Brasília-DF**, nas instalações do **Estado-Maior do Exército**, a fim de assegurar maior celeridade e eficiência na solução de eventuais problemas e no atendimento das necessidades da administração pública. Caso se opte por prestadores de serviços fora de Brasília-DF, a justificativa deverá ser aprovada pela **Administração**.

A realização de manutenções e assistência técnica fora do prazo ou de forma inadequada poderá resultar em penalidades, conforme estipulado no **contrato** e na **legislação aplicável**.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Com base na **Instrução Normativa SEGES nº 58, de 2022**, e na **Lei de Licitações nº 14.133, de 2021**, a estimativa das quantidades a serem contratadas para a aquisição dos materiais foi elaborada em conformidade com os procedimentos estabelecidos por essas normativas. A metodologia utilizada considera o **Plano de Contratação Anual (PCA)** para o ano de **2025**, o consumo anual previsto e os cálculos detalhados apresentados na memória de cálculo.

Os cálculos foram fundamentados nos seguintes parâmetros:

1. **Plano de Contratação Anual (PCA) - 2025:** o PCA fornece uma visão consolidada das necessidades previstas para o ano de 2025, orientando a previsão das quantidades a serem contratadas. Isso garante que o planejamento esteja alinhado com as previsões orçamentárias e com as metas estabelecidas para o período.
2. **Consumo Anual:** o estimativa das quantidades leva em consideração o histórico de consumo anual das seções deste Órgão envolvidas, o que permite uma previsão realista e alinhada com o padrão de demanda observado ao longo dos anos.
3. **Aquisição sem histórico de consumo:** ressalta-se que, para os itens não foi possível utilizar como referência o **consumo anual histórico**, uma vez que **tais itens não foram adquiridos anteriormente por esta Administração**, inexistindo, portanto, registros de consumo ou contratações pretéritas que subsidiassem essa análise. Dessa forma, as quantidades estimadas para os referidos itens foram definidas a partir da **necessidade identificada no momento do planejamento da contratação**, considerando o uso específico pretendido, a previsão de utilização durante o período de vigência do instrumento contratual e a busca pela adequação entre a demanda real e a economicidade da contratação.

A estimativa resultante reflete uma abordagem rigorosa e detalhada, com o objetivo de assegurar a alocação adequada de recursos e o atendimento das necessidades identificadas para o período em questão.

Adicionalmente, conforme o **Termo de Referência nº 12/2026**, foi considerada a importância de definir claramente os quantitativos a serem fornecidos em cada aquisição. Essa abordagem visa garantir flexibilidade e adequação às necessidades reais durante a execução do contrato, permitindo ajustes conforme a variação da demanda ao longo do período contratual.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 538.201,13

A estimativa do valor da contratação, conforme exigido pelo art. 7º, §2º da IN nº 40/2020, está acompanhada dos **preços unitários referenciais** e dos **documentos que lhe dão suporte**.

O relatório de consumo, os preços unitários referenciais e os documentos comprobatórios que fundamentam esta estimativa encontram-se organizados em anexo próprio.



O valor estimado da contratação, com base nas fontes pesquisadas, é de R\$538.201,13 (quinhentos e trinta e oito mil duzentos e um reais e treze centavos), com os seguintes preços unitários referenciais:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Und Forn	Qtd Max	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Prendedor de gravata	385346	un	100	R\$49,95	R\$4.995,00
2	Pin/boton do Estado-Maior do Exército	614348	un	100	R\$12,90	R\$1.129,00
3	Caneta-tinteiro	224349	un	100	R\$145,00	R\$14.500,00
4	Placa de homenagem	606223	un	100	R\$176,66	R\$17.666,00
5	Sacola	604829	un	1000	R\$8,80	R\$8.800,00
6	Caneta	444526	un	300	R\$35,74	R\$10.722,00
7	Troféu curvo	611538	un	200	R\$365,50	R\$79.000,00
8	Pendrive personalizado	355671	un	100	R\$40,94	R\$4.094,00
9	Moeda cunhada (tipo 2)	602859	un	2000	R\$44,00	R\$88.000,00
10	Moeda cunhada (tipo 1)	606224	un	350	R\$59,90	R\$20.965,00
11	Planner	466915	un	210	R\$54,00	R\$11.340,00
12	Panóplia EME (tipo 2)	602754	un	100	R\$383,96	R\$38.396,00
13	Placa (1)	606225	un	200	R\$78,00	R\$15.600,00
14	Placa de metal	606226	un	700	R\$34,84	R\$24.423,00
15	Pasta eventos (CPCOM)	395542	un	500	R\$59,00	R\$29.500,00
16	Placa de identificação de sala (dupla face)	605817	un	20	R\$399,50	R\$7.990,00
17	Placa de identificação de sala (fixação contraposta)	605817	un	20	R\$399,50	R\$7.990,00
18	Placa em acrílico	625340	un	120	R\$28,50	R\$3.420,00
19	Distintivo de organização militar (DOM)	484095	un	150	R\$45,00	R\$6.750,00
20	Placa de homenagem em madeira	602754	un	20	R\$320,00	R\$6.400,00
21	Sacola reutilizável	446912	un	100	R\$16,90	R\$1.690,00
22	Sacola em veludo	613299	un	100	R\$39,00	R\$3.900,00
23	Prisma de acrílico	630913	un	200	R\$27,30	R\$5.460,00
24	Terno	602211	un	70	R\$748,50	R\$52.395,00
25	Máquina de gravação a laser e corte CNC	624410	un	1	R\$54.500,00	R\$54.500,00
26	Placa de homenagem em aço inoxidável	449376	un	50	R\$103,87	R\$5.193,50
27	Capacho 90cm x 160cm	338999	un	15	R\$343,35	R\$5.150,25
28	Capacho 70cm x 100cm	600917	un	65	R\$167,40	R\$10.881,00
29	Caneca	439729	un	20	R\$15,95	R\$319,00

A metodologia utilizada para a estimativa do valor da contratação baseia-se nos seguintes elementos:

- 1. Levantamento de Preços de Mercado:** foram realizados levantamentos detalhados dos preços praticados no mercado para os bens a serem contratados por meio dos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, compras.gov e Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAG).
- 2. Análise de Similaridades:** quando aplicável, foram considerados valores de contratações similares realizadas anteriormente, ajustando-os para refletir as condições atuais de mercado e as especificidades da nova contratação.

A estimativa do valor da contratação é uma etapa fundamental para garantir a viabilidade econômica do contrato e a adequação aos recursos orçamentários disponíveis. A abordagem adotada visa proporcionar uma previsão realista e fundamentada, alinhada com os princípios da legalidade, eficiência e transparência previstos na legislação.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como os objetos da demanda, não possuem interdependência entre eles, a entrega dos mesmos podem ser parcelados, a fim de que se obtenha a melhor proposta para cada item licitado, tendo em vista que o objetivo de propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônoma, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Além disso, deve ser observada a possibilidade de adesões para os itens.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação encontra-se no plano de compras anual do órgão conforme as informações a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000318/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

III) Classe/Grupo: Consumo e permanente

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais diverso destina-se a atender às necessidades operacionais e administrativas do **Estado-Maior do Exército (EME)**, contribuindo para a continuidade das atividades cotidianas, tais como atividades administrativas das seções, entre outras funções administrativas. O objetivo principal é garantir a disponibilidade e eficiência do material necessário para o bom andamento das tarefas atribuídas à instituição.

Os benefícios diretos e indiretos da contratação de material de consumo incluem:

- **Economicidade:** a compra de material de consumo de forma planejada e eficiente, com base em necessidade real, garante o uso otimizado dos recursos financeiros disponíveis, evitando desperdícios e possibilitando o melhor aproveitamento do orçamento.
- **Eficácia e Eficiência:** a aquisição de materiais adequados e de qualidade contribui diretamente para o desempenho das atividades do EME, garantindo a continuidade das operações sem interrupções. A eficiência no processo de aquisição também impacta positivamente no cumprimento das metas e prazos estabelecidos.
- **Aproveitamento dos recursos:** com a contratação de material de consumo de forma planejada, haverá um melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, permitindo que a Administração concentre esforços nas suas funções essenciais, sem a preocupação com a escassez ou o excesso de estoque de materiais.
- **Melhoria na qualidade das atividades institucionais:** a disponibilização do material adequado para as diversas atividades institucionais, sejam operacionais ou cerimoniais, reflete diretamente na qualidade e no bom desenvolvimento das ações do Estado-Maior do Exército.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se vislumbra a necessidade de adotar providências pela administração previamente à aquisição do objeto ora pretendido, seja quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente do Estado-Maior do Exército.

### 13.2. Classificação da Informação

Conforme disposto no art. 13 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, após a análise do conteúdo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que **não há necessidade de classificação da informação** nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), uma vez que não foram identificadas informações cujo sigilo seja necessário à segurança da licitação.

Portanto, este documento **permanece com acesso público irrestrito**, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência da Administração Pública.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição dos itens requisitados, deve observar os critérios técnicos de sustentabilidade, conforme orientações do *Catálogo de Materiais Sustentáveis (CATMAT Sustentável)* e do *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – 7ª edição, outubro de 2024*, buscando mitigar impactos negativos ao meio ambiente ao longo de todo o ciclo de vida do produto. A adoção de práticas sustentáveis na seleção de materiais, processos produtivos, transporte, utilização e descarte é essencial para garantir a responsabilidade ambiental nas contratações públicas.

**14.1.** Em conformidade com a Instrução Normativa nº 01-SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, e com os critérios de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, recomenda-se que:

**14.1.1.** Os itens adquiridos sejam, preferencialmente:

- Produzidos com materiais reciclados ou recicláveis;
- Compostos por matérias-primas de baixo impacto ambiental, como fibras naturais (ex.: fibra de coco) e vinil reciclável, desde que livres de substâncias tóxicas;
- Biodegradáveis e/ou atóxicos, conforme as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

**14.1.2.** Os produtos atendam aos critérios ambientais definidos pelo INMETRO ou outros organismos reconhecidos de certificação, como o selo *Produto Sustentável*, sempre que disponível.

**14.1.3.** Os materiais estejam em conformidade com a Diretiva Europeia RoHS (Restriction of Hazardous Substances), não contendo substâncias perigosas (como mercúrio, chumbo, cádmio, cromo hexavalente, PBBs e PBDEs) em concentrações superiores aos limites permitidos.

**14.2.** Considerando que os materiais utilizados nos itens de materiais de consumo, possuem características recicláveis e/ou biodegradáveis, os impactos ambientais tendem a ser reduzidos.

**14.3.** Considerando a necessidade de adoção de práticas ambientalmente responsáveis pela Administração Pública, conforme preconizado pela **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11, §1º), e com base nas diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, outubro de 2024)**, justifica-se que os materiais a serem adquiridos nesta contratação tenham descarte simplificado, sem necessidade de coleta especial.

Para os itens 12 e 20, deverão ser confeccionados em madeira de origem legal, **acompanhada de comprovação de regularidade ambiental**, mediante apresentação do **Documento de Origem Florestal (DOF)** ou outro certificado válido emitido por órgão competente.

A peça deverá conter, em local visível e discreto, **inscrição ou carimbo** indicando a origem certificada da madeira, contendo no mínimo as seguintes informações:

- Nome ou logomarca do fornecedor;
- Número do DOF ou certificação equivalente; e
- Expressão “Madeira de origem legal – conforme DOF/IBAMA”.

A inscrição poderá ser realizada por **gravação a laser, carimbo com tinta indelével ou plaqueta metálica/adesiva permanente**, conforme melhor adequação ao tipo de material.

Sugestão/modelo para o referido carimbo:



## 15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

.


## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente  
 **VALMIR JOSE LENZ**  
Data: 21/05/2026 09:22:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


**VALMIR JOSE LENZ**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Requisitante

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE DO NASCIMENTO GILO JUNIOR**  
Data: 20/05/2026 16:35:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**JOSE DO NASCIMENTO GILO JUNIOR**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Técnico

Documento assinado digitalmente  
 **PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA**  
Data: 20/05/2026 15:18:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PEDRO HENRIQUE GUIMARAES DA SILVA**

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - Integrante Administrativo

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**EXÉRCITO BRASILEIRO ESTADO-**  
**MAIOR DO EXÉRCITO**

Processo Administrativo nº 64535.013512/2026-28  
Ata de Registro de Preços nº /2026

O Estado-Maior do Exército, com sede na Avenida do Exército, s/n, Bloco A, bairro Setor Militar Urbano, na cidade de Brasília-DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.452/0336-13, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, Tiago Andre de Araujo Morelato, nomeado pelo Boletim Interno nº 143, de 30 de julho de 2024, do Estado-Maior do Exército, portador da Matrícula Funcional nº 013172964-2, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº /2026, processo administrativo n.º 64535.013512/2026-28, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação para aquisição de materiais institucionais, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º /2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do TR	fornecedor CNPJ: ENDEREÇO: TELEFONE: E-MAIL:				
Nº	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

- 3.1 O órgão gerenciador será o Estado-Maior do Exército.
- 3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
  - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
  - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil

subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante

solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação

da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Brasília, 2026

TIAGO ANDRE DE ARAUJO MORELATO  
Autoridade competente

Representante legal do fornecedor registrado



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**COMANDO DO EXERCITO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026**  
**Processo Administrativo nº 64535.013512/2026-28**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) COMANDO DO EXERCITO, CNPJ 00.394.452/0336-13, por meio do(a) Setor de aquisições licitações e contratos, sediado(a) Avenida do Exército Bloco A, SN, BLOCO A, bairro Setor Militar Urbano, na cidade de Brasília/DF, CEP 70630901, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 09/06/2026

Hora Inicial: 09:30

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material institucional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 29 (vinte e nove) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os

documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

<b>Seq</b>	<b>Item/Grupo</b>	<b>Periodicidade</b>
1	1	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 0,10

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o

disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada,

exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.gov.br/compras/pt-br>

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: sg4.2.eme@gmail.com

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

Brasília,



TIAGO ANDRE DE ARAUJO MORELATO

MAJOR

CPF: 094.974.977-09

ORDENADOR DE DESPESAS

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Dados:

2026.05.25

10:48:20 -03'00'

TIAGO ANDRE DE ARAUJO MORELATO - Maj  
Ordenador de despesas do EME